ALEXANDRE BELMONTE

Invasão dos 'rudes'

Imigrantes que chegaram ao Brasil no século XIX sofriam com falta de oportunidades, doenças e xenofobia

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

ESTUDO SOBRE A IMIGRAÇÃO consagrou o período entre 1880 e 1930, devido ao grande número de estrangeiros que aportaram no Brasil nesses 50 anos. Entretanto, muito antes disso, vários navios traziam pessoas sós, ou mesmo em família, as quais, despojando-se de sua terra pátria, munidos de esperança e assombrados por aflições, transportavam para o país a presença secular de suas culturas de origem. São personagens anônimos e praticamente invisíveis.

Vir ao Brasil podia significar uma série de coisas, muitas vezes contraditórias e divergentes. Ao vazio das roças de São Paulo ou das províncias do sul contrapunha-se a cidade do Rio de Janeiro, onde

No detalhe da página anterior, charge da *Semana Ilustrada*, 1867.

vivia a Corte imperial. Quem vinha para cá, não importa em que condição social ou cultural, vinha para a "Paris dos trópicos". A Corte tropical e exótica significava, para muitos estrangeiros de várias origens, a conversão de valores "rudes" em valores "nobres". Os estrangeiros viam-se constrangidos a adotar algumas posturas públicas a fim de mitigarem sua condição de excêntricos.

Esses estrangeiros no século XIX já não eram mais os civilizados a trazer as Luzes a um exótico Novo Mundo. Ao contrário, muitos eram vistos e referidos como exóticos, excêntricos, *cafonas*, *carcamanos*, e deviam rapidamente "civilizar-se". Alguns eram identificados pela maneira de se vestir, pelos modos "pouco sofisticados", por não saberem falar corretamente o idioma. Essa era já a massa de estrangeiros pobres que começava a circular pela cidade pelo menos três décadas antes dos aportes

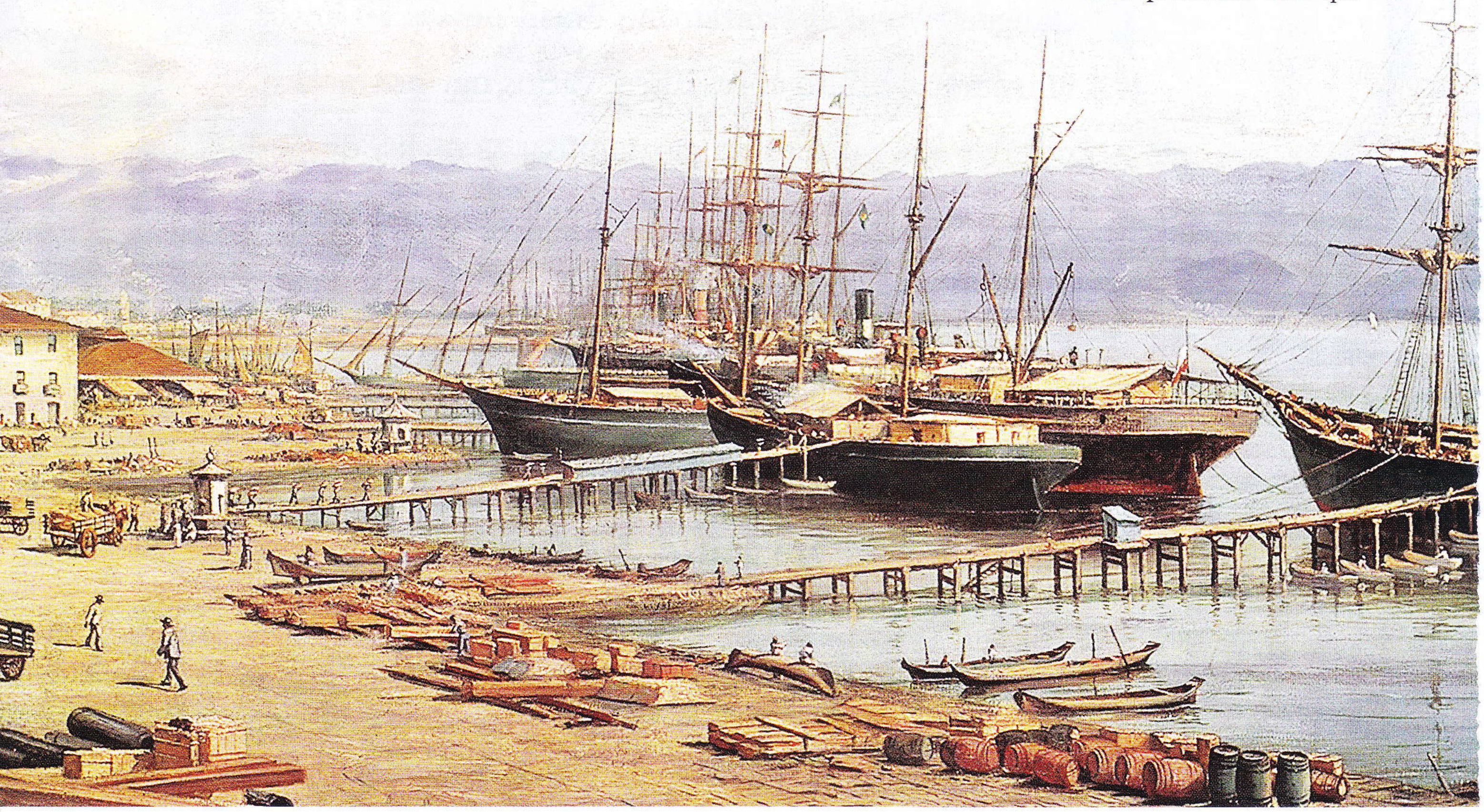
O inspetor da Colonização Estrangeira alertava sobre a necessidade de conservar o "bom nome" do Brasil como nação "generosa e hospitaleira"

em massa para São Paulo, Espírito Santo ou para as províncias do Sul. No Rio de Janeiro, aglomeravam-se em cortiços nos arredores do Campo da Aclamação (atual Campo de Santana), rua do Núncio (rua República do Líbano), rua dos Ciganos (rua da Constituição), rua da América, morro do Nheco (morro do Pinto) e Gamboa.

Alguns indícios nos levam a reconstruir as condições de vida de inúmeros imigrantes anônimos espalhados pela província do Rio de Janeiro. No relatório da Casa de Saúde Nictheroyense para o 1° semestre de 1862, 70% dos indigentes atendidos no hospital eram estrangeiros. Do restante dos doentes, 60% eram estrangeiros, provavelmente mais suscetíveis ou mais desavisados em relação à febre amarela e ao cólera. As profissões listadas eram todas referentes às das classes mais humildes da sociedade. Quando não mendigos, eram em geral trabalhadores de obras públicas, costureiros, criados, carpinteiros, alfaiates, caixeiros, charuteiros, cozinheiros, lavadeiras, pescadores, canteiros, pedreiros, bombeiros, sapateiros e serralheiros.

As listas de passageiros dos navios que traziam estrangeiros aos portos brasileiros apontam para a alta taxa de mortalidade a bordo, sobretudo de crianças. Dessas crianças, com muita sorte se encontram seus nomes e idades: todo o resto é silêncio. Podemos apenas imaginar como eram velados os corpos no navio, quantas lágrimas e orações lhes foram dedicadas, como os estrangeiros sobreviventes se reuniam, amedrontados e mortificados, ao terem de lançar os corpos dos seus falecidos entes queridos ao mar. Eram, sem dúvida, momentos solenes e dolorosos. Mas a documentação é seca, e se cala em relação a uma história que é também de emoções e sentimentos.

O Brasil que muitos estrangeiros encontraram não era exatamente a terra prometida com que



Vista da Praia do Consulado, Porto de Santos, em 1882. Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes se decepcionavam com as condições de vida, o país estava longe de ser a Terra Prometida.

FUNDAÇÃO PINACOTECA BENEDICTO CALIXTO

talvez sonhassem. Não era incomum ver crianças filhas de estrangeiros a mendigar pelas ruas da Corte. Muitas crianças, filhas dos corsários alemães, ingleses e irlandeses, que serviam no Corpo de Estrangeiros no Primeiro Reinado (1822-1831), deviam mendigar pela sua sobrevivência, ao passo que seus pais se amotinavam na Praia Vermelha, na Urca, exigindo do governo que lhes fosse "enchida a barriga", já que até mesmo o pão que comiam "era tão mau que nem o seu cavalo o queria comer".

O inspetor da Colonização Estrangeira na Província do Rio de Janeiro, em 1824, já alertava sobre a necessidade de conservar o "bom nome" que o Brasil tinha adquirido na Europa como nação "generosa e hospitaleira", pedindo providências sobre a quantidade de estrangeiros que viviam como pedintes: "não pude ser indiferente à vista de tenras crianças de ambos os sexos, filhas de homens que servem no Corpo de Estrangeiros, as quais andam por essas ruas mendigando a sua sustentação, e dando motivo ao rumor bem desagradável de que o governo manda vir gente da Europa a fim de trazê-la a pedir esmolas".

Alguns brasileiros sentiam-se subitamente ameaçados pela presença estrangeira. Nem mesmo a igreja estava livre desses novos *outsiders*: "O estado do nosso clero é, geralmente falando, deplorável (...). Padres estrangeiros por aí se acham disseminados exercendo funções que só competem ao clero nacional", denuncia o jornal *A Pátria*, em 1856. São duras as palavras e as medidas usadas contra o estrangeiro: "disseminados" por toda parte, invadem até mesmo a família brasileira, conforme o verso popularíssimo no bairro do Brás, em São Paulo, na passagem do século XIX para o XX: "Carcamano pé-de-chumbo / Calcanhar de frigideira / Quem te deu atrevimento / De casar com brasileira?".

Da mesma forma que alguns senhores proibiam que seus escravos falassem suas línguas de origem, incitando assim uma desarticulação de seus referenciais identitários e étnicos, também os estrangeiros deveriam aprender a língua vernácula, a começar pelas gerações mais jovens. Todo o processo de tensões e de sujeição dos estrangeiros a situações inaceitáveis por parte de alguns demonstrava que entre os discursos sobre a imigração e a realidade vivida no Brasil havia distâncias abissais.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Bairro da Gamboa, no Rio de Janeiro. Vistos como rudes e sem modos, os imigrantes pobres que aqui chegavam tinham que se aglomerar em cortiços e trabalhar em profissões como sapateiros, costureiras e pedreiros.

"Carcamano pé-de-chumbo / Calcanhar de frigideira / Quem te deu atrevimento / De casar com brasileira?"

Mosaico itálico

A Polícia da Corte anotava detalhadamente não somente a entrada dos anônimos imigrantes, mas também a sua movimentação em território brasileiro, e sua partida para outros países. O italiano Giovanni Angelo, que em 1838 deixara a Corte para ir estabelecer-se no Rio Grande do Sul, foi listado como um oriundo da Sardenha, de 23 anos, "com rosto oval, barba e com falta de dentes". Ainda em 1838, foram listados Carlos Estornier, sardo, 32 anos, pedreiro, casado com uma francesa de nome Francisca R., ambos acompanhados de uma filha menor. O pedreiro Francesco Perdara foi "catalogado" como sardo de olhos azuis e cabelos castanhos. Listavam-se, com detalhes, as características físicas desses estrangeiros, como cor dos olhos e cabelos, formato do rosto, presença de cicatrizes, marcas de nascença, barba etc., transformando os livros de registros de movimentação de estrangeiros em verdadeiros álbuns de retratos falados.

Aqui, esses italianos eram um fragmento a mais, ao lado dos operários sardos, dos musicistas napolitanos, dos escritores e pescadores genoveses, dos judeus de várias regiões da península, de lavradores vênetos e lombardos, de joalheiros, negociantes e *braccianti* calabreses. E todos eles, tendo ou não plena consciência disso, compuseram também um mosaico em forma de bota.

Era frequente encontrar estrangeiros envolvidos em crimes, sobretudo de estelionato e distribuição de notas falsas. Em 1868, aproximadamente 60% dos prisioneiros condenados a trabalhos na Corte eram estrangeiros: portugueses na sua maioria, mas também franceses, italianos, espanhóis e ingleses. Os termos de óbitos dos sentenciados a galés e a prisão simples, bem como as matrículas de presos condenados ao Calabouço – cadeias adaptadas de fortificações construídas no século XVIII – têm inúmeros estrangeiros em suas listas. Todos os anos, a Polícia da Corte listava um sem-número de estrangeiros, na sua maioria portugueses, que não dispunham de passaportes, encontrando-se, portanto, em situação irregular no Império.

No ano de 1868, dois representantes da colônia alemã de Urucu (Muricy), em Minas Gerais, fizeram um comovente apelo às autoridades para que os provessem de condições mínimas de sobrevivência: "Há 2 anos estamos abandonados do socorro de um médico e dos medicamentos necessários, como também falta-nos durante o mesmo tempo a instrução escolar. (...) estamos com as nossas famílias expostas a todos os arrebatamentos dos índios que nos rodeiam".

É importante ressaltar alguns filtros que determinavam a origem dos estrangeiros que podiam vir trabalhar nas fazendas: estavam excluídos os itálicos provenientes do sul. A presidência da província do Rio de Janeiro determinava, já na década de 1840, que os colonos contratados para suas lavouras deviam ser escolhidos nas regiões setentrionais da França, margens do Reno e Suíça, "por serem os habitantes destas paragens mais dóceis que os dos países meridionais, terem costumes mais puros, paixões menos vivas, serem laboriosos, e conseguintemente mais fáceis de reger".

Desde os primeiros aportes de estrangeiros, no início do século XIX, até as prisões e as expulsões em massa ocorridas no início do século XX, houve uma lenta e intrincada gestação de valores que diferenciavam quem era brasileiro de quem era estrangeiro e, sobretudo, quem era cidadão de quem não era. H

ALEXANDRE BELMONTE É PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AUTOR DA TESE "DE CARCAMANOS A ITALIANOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL COMUM ENTRE OS ITÁLICOS RESIDENTES NO RIO DE JANEIRO (1840-1860)", (UERJ, 2011).

Saiba Mais

FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade – protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1996.

Ao lado, família de imigrantes italianos no sul do Brasil.

FOTO EMIDIO LUISI / FOTOGRAMA IMAGENS